

## Reforma agrária e construção de identidades: a formação dos agricultores em São Tomé e Príncipe

José Ambrósio Ferreira Neto<sup>1</sup>

José Norberto Muniz<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** reforma agrária, identidades, São Tomé e Príncipe, agricultores

**Objeto:** O processo de reforma agrária e construção da identidade entre os agricultores em São Tomé e Príncipe

**Objetivo:** analisar e discutir o processo de construção de identidades entre os “novos” agricultores santomenses, como reflexo das ações voltadas para a realização da reforma agrária no país a partir do início dos anos 90 do século passado.

**Enfoque teórico:** argumenta-se que até o processo de reforma agrária o meio rural santomense não contava com agricultores efetivos e sim com trabalhadores rurais assalariados, o que não os qualificava como agricultores que dominam um ofício e um corpo complexo de conhecimentos e práticas a respeito do controle do ciclo reprodutivo de espécies vegetais e animais.

**Base empírica:** diagnóstico socioeconômico realizado em São Tomé e Príncipe entre 2007 e 2008 com aplicação de questionários a 430 “novos” agricultores em diversas regiões do país.

### Resumo:

Até 1975 a figura do agricultor era praticamente inexistente em São Tomé e Príncipe, então pequena colônia portuguesa formada por duas ilhas no Golfo da Guiné na costa africana. Como colônia, a propriedade da terra estava limitada aos portugueses, proprietários das roças que exploravam principalmente café e cacau. Aos santomenses restava o trabalho, às vezes escravo, nessas roças, submetidos ao estrito controle de capazes e feitores. Como no modelo de escravidão implantado no Brasil entre os séculos XVI e XIX, aos trabalhadores “livres” de São Tomé e Príncipe, num contexto de uma agricultura caracterizada pelo latifúndio e pela monocultura para exportação, era permitido o plantio de pequenos cultivos de subsistência. Essa possibilidade, no entanto, não desclassifica a afirmação de que o setor agrícola em São Tomé, até a independência em 1975 e do processo de reforma agrária iniciado nos anos 90, não possuía agricultores no sentido estrito do termo, pessoas que detendo a posse da terra conhecem e dominam os ciclos produtivos de espécies vegetais e animais. Possuía, isto sim, trabalhadores rurais, condicionados ao mando e às ordens dos feitores e capatazes, no período colonial e de funcionários do estado na curta fase de nacionalização das roças.

Este trabalho analisa o processo de construção da identidade dos agricultores santomenses, num contexto pós reforma agrária, onde acesso à terra, implica, além das conquistas materiais, a conquista de bens simbólicos e uma nova identidade em contraste com a condição de mero empregado do estado ou de subordinado ao dono da roça. A partir do final dos anos 80, com o fim da nacionalização das roças, iniciou-se um efetivo processo de reforma agrária com a transformação de milhares de trabalhadores assalariados em proprietários rurais, donos de suas próprias terras, ou seja, em efetivos agricultores. Iniciava-se então o longo processo de transformação

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de Viçosa, CAPES, Brasil, Professor Visitante da Universidade de Santiago de Compostela – LABORATE, Lugo, Espanha. ambrosioufv@gmail.com

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal de Viçosa, coordenador do projeto do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil) para elaboração do Programa Nacional de Extensão Rural - PRONER em São Tomé e Príncipe, nmuniz@ufv.br

desses meros vendedores de força de trabalho em produtores rurais independentes que, não tendo salário, devem viver da produção que a terra pode lhes propiciar tanto em termos de produtos para o próprio consumo, mas, principalmente, pela renda com a comercialização de seus produtos.

Argumenta-se que uma boa parte desses novos agricultores de São Tomé, por terem vivido a maior parte de suas vidas trabalhando no meio rural sob ordens de terceiros, não possuem o conhecimento efetivo do ofício de agricultor, que se caracterizaria por certa autonomia propiciada pela posse da terra e pelo conhecimento dos ciclos produtivos.

O trabalho utiliza de dados primários coletados sobre esses produtores ao longo de 2007 e 2008, no decorrer da elaboração do PRONER, Programa Nacional de Extensão Rural de São Tomé e Príncipe, que contou com apoio do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Brasil e do Ministério da Agricultura santomense.